

S  
UFRJ/IEI  
TD241

U54463-X



FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

# INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 241

Cinco Notas Sobre Teoria  
Econômica

Ricardo Tolipan

Agosto/1990

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



"Cinco Notas Sobre Teoria Econômica"

Ricardo Tolipan



43 - 016634

Agosto/1990



ESTE TRABALHO FOI IMPRESSO NO  
IEI, COM A COLABORAÇÃO DA ANPEC  
E O APOIO FINANCEIRO DO PNPE



FEA - UFRJ  
BIBLIOTECA  
Data: 05, 07, 1993  
N.º 034463-X

MS 88831

5  
UFRJ/IEI  
TD 241

FICHA CATALOGRÁFICA

TOLIPAN, Ricardo de Mendonça Lima

Cinco Notas Sobre Teoria Econômica/Ricardo Tolipan. - Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1990.

21p. (Texto para Discussão; nº 241)

1. Teoria econômica. I. Título. II. Série  
CDD 330.1  
T649e

1. SOBRE O ENSINO DA ECONOMIA

Dentre as diversas dificuldades que compõe o quadro de produção de um bom economista no Brasil dos tempos atuais gostaria de tratar de um tipo de problema cuja solução me parece urgente.

É certo que todo corpo teórico de uma ciência quando transmitido no interior da academia em seus primeiros estágios guarda uma certa distância com o que se faz no âmbito da pesquisa teórica e prática mais avançada, isto é, mesmo para uma ciência em seu estado normal é muito difícil a reprodução a nível de graduação da "fronteira" do conhecimento. O que forma um "aprendiz de feiticeiro" é sempre um corpo de doutrinas já estabelecido há algum tempo. Neste sentido todo economista recém-graduado é um economista "obsoleto". Se ele foi bem formado, tudo que se fez até aí foi torná-lo receptivo a uma certa ordem de problemas do mundo real que é complexa e que pode ser submetida a um raciocínio especializado. Será o contato com as novas técnicas em experimentação e as novas teorias em discussão nos centros de pesquisa avançados que irá atualizá-lo e torná-lo apto a enfrentar melhor os novos problemas que estas novas técnicas e idéias de algum modo refletem.

Uma graduação bem estruturada e um complemento de pós-graduação de boa qualidade, equipada tanto para o exercício da pesquisa empírica quanto para o exercício da imaginação teórica são, portanto, condição "sine qua non" para que uma sociedade possa suprir suas necessidades de competência econômica.

Ora, no nosso caso presente parecemos estar vivendo alguma espécie de "second worst". De fato, a partir dos anos 60 a ciência econômica viu-se diante de uma crise de seus fundamentos e nota-se não apenas uma distância entre fronteira e conhecimento garantido, mas sim uma ruptura entre estes dois territórios do saber econômico. O keynesianismo simples ou o puro monetarismo não respondem mais à natureza nova e complexa dos problemas que se põe para a política econômica. Tornou-se urgente a discussão aprofundada destes problemas, de suas causas e a crítica

teórica das políticas ortodoxas. A heterodoxia precisa ser bem compreendida pelo futuro economista e para isto é preciso treinar quem a compreenda bem para retransmiti-la.

Numa outra dimensão do problema, dimensão especificamente brasileira do problema é preciso lembrar que o crescimento descontrolado de nossa Universidade destruiu em grande medida o sentido da qualidade na graduação. Uma reação defensiva foi a superposição de um curso de mestrado que "grosso modo" serviu apenas para cobrir a lacuna da graduação, isto é, fornecer a cultura e a vocação mínima do economista.

Mas, foi de fato, um programa mínimo no sentido para-oficial em que cooperaram algumas instituições universitárias com algumas agências governamentais que garantiu mediante o treinamento avançado no exterior sobretudo na Universidade Americana, a competência econômica necessária para dar andamento à política econômica deste país nos últimos quinze anos.

O sistema acadêmico que vigora, é um sistema por todos os títulos indesejável. É preciso que cada elo da cadeia de formação do economista cumpra seu papel natural. A graduação deve estar à altura de acostumar nosso futuro colega na qualidade do raciocínio bem construído e deve lhe fornecer um treinamento universalista. O mestrado deve conduzi-lo a enfrentar com rigor uma gama de problemas difíceis de compreender e de tratar e o doutoramento deve garantir-lhe a independência intelectual e o bom gosto de um cientista completo.

Acima de tudo, em todos os níveis deve-se romper a casca de uma ortodoxia dogmática e promover-se o ensino, num horizonte plural, tanto do ponto de vista ideológico quanto metodológico. Isto não pode, no entanto, ser o pretexto para a vulgarização do conhecimento ortodoxo e de sua crítica e da piora generalizada na competência do ensino.

## 2 - A REVOLUÇÃO MARGINALISTA\*

A década de 70 do século passado assiste a um acontecimento no âmbito do discurso econômico que está na raiz da "moder-

(\*) Esta nota reproduz com pequenas alterações de ordem literária, a prova escrita do concurso para professor titular do FEA/UFPA realizado pelo autor, em 1989.

nidade" desta ciência. De fato consolida-se, logo no seu início, a "bifurcação" da Economia Política que tinha origem no longo processo que Marx denominou de "vulgarização" do pensamento clássico. A rigor esta bifurcação encontra sua possibilidade teórica na profunda dualidade que perpassa a obra de Smith e David Ricardo no que diz respeito à determinação das categorias da teoria do valor e distribuição. Com efeito é da obra deste último que se tira ou pretende-se tirar os elementos tanto para a Crítica da Economia Política quanto para o Marginalismo.

A obra de Marx escapa, no entanto, ao nosso tema e vou me concentrar na relação entre a obra de Ricardo e a Revolução Marginalista. Esta merece seu nome. Ela consiste realmente numa mudança radical da problemática clássica, num movimento que em sua origem opõe, ironicamente, Ricardo a ele mesmo.

Antes de abordar a questão do ponto de vista analítico, gostaria de tecer o quadro - o novo "ambiente" - em que vai-se renovar, com Jevons, Menger e Walras, a resposta para a questão fundamental sobre a existência e a persistência da produção capitalista.

Em primeiro lugar, o pensamento marginalista representou um deslocamento importante do eixo de análise da economia teórica. De uma teoria da reprodução de mercadorias passamos a uma teoria pura da troca mercantil, isto é, o ponto de vista da circulação ganha preeminência lógica sobre o da produção. Com efeito a teoria da produção neoclássica estará subordinada à necessidade de construção de uma função de oferta cuja forma deve ser simétrica a da função de demanda para que um preço de equilíbrio significativo possa ser determinado. A função de demanda tem portanto primado lógico sobre a teoria da produção.

Já se perguntou e respondeu muito sobre a razão deste deslocamento. Como já notei, o discurso clássico vinha se esgotando desde a morte de Ricardo, mas decisivamente após a intervenção crítica e irônica de Samuel Bailey a qual abre espaço para uma percepção subjetivista do problema central do valor.

Uma resposta "sociologizante" é dada por Marx que sugere que a função social de sustentação no plano das idéias de uma burguesia ascendente caducara com a consolidação de sua hegemonia

política, social e ideológica. O discurso clássico de "útil" passou a socialmente "perigoso" por sua ênfase no conflito distributivo.

Uma resposta mais própria à lógica interna do discurso é que a problemática clássica deixa de ser entendida ao não resolver suas próprias questões e é "encerrada" por ter-se tornado "absurda". Marx denomina a pesquisa central de uma medida invariante dos valores de "quadratura do círculo" e Walras repetindo Bailey a classifica de "irrelevante". Isto depois de John Stuart Mill ter embaralhado de modo inextricável o problema.

Um segundo aspecto, corolário do primeiro, é o conhecido subjetivismo da perspectiva de análise marginalista em que vai predominar como critério para a teoria do valor o ponto de vista de um consumidor abstrato.

Consequência desta postura, a noção do indivíduo vai sofrer modificações. Ele ainda é uma liberdade e elemento original da constituição do social. Mas ele não é mais um puro interesse egoísta, uma necessidade de comunicação, um detalhe de uma divisão social e técnica de produtores de mercadorias e uma "paixão domesticada" na bela imagem de Hirschman. Ele agora é uma monada lógica maximizadora, um hedonista mas que submete sua idiosincrasia a um frio cálculo matemático. Realmente, no caso clássico, ainda estamos com uma definição não-rigorosa de um "proprietário de mercadoria" mínimo diante de uma máquina econômica que ele origina sem saber, criação do humor flamengo de Mandeville, ele é o herói tragi-cômico cujo vício está na raiz do bem público. Como Mefisto, ele quer o mal, mas só produz o bem. Já com Menger, Jevons e Walras o universo físico desapareceu e ingressamos na pura abstração matemática. A rigor, como mostra Debreu, ele é um ponto num espaço vetorial em que se definem as ações possíveis de uma entidade racional pura.

Finalmente, mas sem pretensão de esgotar, gostaria de lembrar uma diferença fundamental entre o humor clássico e o humor neoclássico.

O primeiro é reconhecidamente um pessimismo, a meu ver, um ceticismo que a despeito do elogio à maravilha técnica do 1º capítulo da Riqueza da Nações concebe sobretudo os obstáculos ao

enriquecimento burguês. Isto é mais visível em David Ricardo. De fato uma dificuldade básica do pensamento clássico é o de interiorizar a presença de elementos não-mercantis na produção de mercadorias. A teoria da renda clássica é o reflexo analítico desta dificuldade. Trata-se aqui de explicar a remuneração de um elemento que o capital não pode reproduzir, mas que é requisito de sua produção. Ora, a terra é "escassa", do ponto de vista capitalista, porque é apropriada, e aqui mais uma vez levanta-se o paradoxal, a ironia; o pensamento clássico expressão racional (racionalização) do sistema capitalista de produção - toma a propriedade ao mesmo tempo como dado e como obstáculo de sua concepção. Impossível resolver ergo pessimismo.

É por aqui mesmo que, aliás, penetrará o discurso neo-clássico. A teoria da renda, Cavallo de Troia Marshalliano, cumprirá função totalmente diversa no marginalismo que a que cumpria com os clássicos. Com ela o pensamento econômico ingressará agora, no Olimpo da matemática e terá a ilusão de que aí não pode ser atingida pela ironia. O otimismo se instalará por algum tempo numa ciência até então lugubre.

Se isto resume o arcabouço teórico, vejamos em que consistiu na sua essência, analiticamente, a Revolução Marginalista.

David Ricardo classificava, para fins de exaustividade, as causas da existência da renda diferencial em duas classes: 1ª) uma renda extensiva que provinha da ampliação do cultivo para terras de qualidade diferente (pior qualidade) passíveis de uma classificação agrônômica a priori; 2ª) uma renda intensiva que provinha da aplicação de uma quantidade maior de capital-trabalho sobre uma mesma terra.

Ricardo baseia o desenvolvimento de sua teoria da renda sobre a 1ª classe de renda mencionada pois percebe o caráter teratológico da 2ª classe para uma teoria do excedente. De fato na 2ª classe de renda está se explicando um rendimento social pela simples variação quantitativa de um elemento da produção. Isto faz parecer que aquele deriva de uma contribuição física ou técnica desta. Ora, isto compromete irremediavelmente a idéia de que fora o custo de produção, os rendimentos da terra e do capital são resíduos de uma produção excedentária.

É esta possibilidade lógica - a formação de uma renda intensiva - que não tem lugar na problemática do valor clássico a que vai, ao contrário, constituir o princípio geral marginalista de explicação do valor. Diz Wicksteed: "mas se a pretensa lei (ricardiana) da renda não explica absolutamente a parte da renda no produto, ela fornece um princípio de determinação muito rigoroso da repartição para todos os fatores de produção", e Clark: "É um dos fatos econômicos mais marcantes que os rendimentos do trabalho e do capital são absolutamente da mesma natureza que a renda da terra".

É, aliás, Wicksteed (um purista lógico), quem vai distinguir rigorosamente a noção clássica de "terra de pior qualidade" da noção neoclássica de "terra marginal". De fato a concepção neoclássica supõe a homogeneidade física dos "fatores de produção" e seu rendimento como proveniente da pura variação proporcional de cada um deles, os outros tomados como constantes.

Ora, aqui estão duas idéias analíticas fundamentais e radicalmente diferentes do raciocínio clássico. Estas idéias são de fato de natureza matemática, uma invasão do cálculo infinitesimal no campo da economia como lembra Schumpeter: "ela (a matemática) não apenas instrumenta o raciocínio econômico - foi ela que produziu tal resultado".

Esta concepção reduz a teoria da distribuição a uma particularidade da teoria do valor, ela mesma fundada na idéia de variação na "margem" das quantidades de um bem a disposição de um consumidor. O valor é, então, a expressão da escassez relativa do bem em questão. O objeto da economia chega, com esta teoria, ao estágio máximo de sua abstração numa evolução de seu sentido que começa com sua posição como Organon pela fisiocracia, passa por sua concepção como Physis com os clássicos e desemboca, como disse, numa Mathesis com os neoclássicos.

A idéia de fatores homogêneos de produção é a condição de uma poderosa versão neoclássica que presidiu o treinamento da mentalidade economista a nível planetário ao longo dos primeiros 60 anos deste século. Trata-se do conceito de função de produção macroeconômica que teve que ser abandonado quando em 1960 Sraffa demonstrou a inconsistência lógica da noção de quantidade de ca-

pital.

A fragilidade da teoria do equilíbrio parcial de Marshall, outra versão importante do discurso neoclássico, fora, por seu turno, demonstrada em 25-26 quando Sraffa apontou a incoerência da curva de custo em U que estava implicada numa função de oferta ascendente da esquerda para direita.

A última linha de defesa neoclássica, sem dúvida a mais poderosa do ponto de vista lógico, permanece não criticada, mas com graves problemas de desenvolvimento. De um lado, ela consegue demonstrar a existência e unicidade de um vetor de preços de equilíbrio geral. Assim, se obtém uma versão rigorosa do problema que vem preocupando a economia política desde o seu alvorecer, qual seja o de se estabelecer a possibilidade de uma ordem social proveniente do jogo descentralizado de  $n$  liberdades equivalentes. Por outro lado, ela desconhece uma prova de estabilidade deste equilíbrio, o que quer dizer que ela não produz uma imagem rigorosa de qual o mecanismo descentralizado que conduz o mercado a adotar este vetor de preços. Isto reduz consideravelmente o interesse de seus resultados.

Finalizando, a Revolução Marginalista instalou um modo de perceber a realidade econômica com vocação científica que se distingue fundamentalmente dos clássicos, do ponto de vista analítico, embora mantendo as linhas gerais do problema da Economia Política. Esta visão dominou e ainda domina a aparelhagem institucional de reprodução do conhecimento econômico. Ela não pode, no entanto, em seus próprios termos, reivindicar os títulos de uma ciência bem fundada e deve dividir com outros parceiros a situação de mero programa de pesquisa teórico em andamento e arcar com o ônus de viver um fin de siècle em que, cada vez mais, se desconfia da ilusão cientificista.

### 3. UMA NOTA (MELANCÓLICA) SOBRE MARSHALL, RICARDO, JEVONS E A RENDA DA TERRA\*

Ricardo Tolipan

Uma análise de Marshall não pode estar dissociada dos textos com os quais dialoga. Assim não é possível escapar à discussão de como ele interpreta, ou seja, que tipo de instinto e reação ele representa, e qual a linha de argumentação que usa. Uma análise de Marshall que deseje, além disso, comemorar-lo, deve fazê-lo escolhendo seus interlocutores mais famosos ou mais eminentes: David Ricardo e William Stanley Jevons.

Em geral, e face a esses autores, em particular, Marshall não se põe diretamente. Suas relações são sempre oblíquas, triangulares, mediadoras. Seu deus é Mercúrio e ele quer conciliar.

No caso de Ricardo, Marshall procura poupá-lo da crítica radical de Jevons, tentando recuperá-lo para uma história do pensamento econômico anglófila, contra as preferências continentais de Jevons. O custo desta estratégia é o de uma profunda deformação da obra de David Ricardo.

O procedimento é conhecido: Marshall afirma que Ricardo é o ancestral da teoria neoclássica, fundamentalmente porque sua teoria da renda da terra já continha (encerrado num casulo agrário) o princípio geral da determinação do valor (1). O princípio do rendimento agrícola decrescente seria uma forma muito importante, porém restrita, do princípio mais geral da utilidade marginal decrescente que funda o conceito neoclássico de valor: "it has been argued in Book V, that the rent of land is no unique

(1) Marx também havia analisado a Teoria do Valor de Adam Smith como a generalização da noção fisiocrática da produtividade que estaria indevidamente limitada à esfera agrícola. A semelhança dos dois tratamentos é muito grande.

(\*) Nota apresentada no Seminário Marshall da UFF em agosto de 1990. O texto foi salvo para a língua portuguesa pelo meu colega prof. Aloisio Teixeira.

fact, but simply the chief species of a large genus of economic phenomena: and that the theory of the rent of land is no isolated economic doctrine, but merely one of the chief application of a particular corollary from the general theory of demand and supply;..." (ver (4), p. 523)

A hipótese aqui defendida, de acordo com a intuição profunda de Jevons, é que a apresentação clássica (ricardiana) do princípio de rendimentos decrescentes, restrito à determinação da renda da terra, é sobretudo uma manobra teórica destinada justamente a insular a noção de escassez e impedir que ela se generalize numa explicação do valor. Ao invés de antecipar a afirmação, ainda que restrita, do princípio marginalista do valor, Ricardo é, a meu ver, o principal obstáculo ao descobrimento deste princípio.

Longe de ser o ancestral da teoria neoclássica, Ricardo é o responsável (principal) pela interrupção da linha teórica que levava diretamente de Turgot aos marginalistas. De um ponto de vista evolutivo, Ricardo finaliza e representa o processo da economia política inglesa, o qual, na verdade, constitui um breve hiato na longa sequência que tenta explicar a formação das grandezas econômicas com base nas noções de oferta e demanda. Esta poderosa tendência, não é apenas um programa de pesquisa. Nasceu talvez com Turgot progredindo no continente através de Gossen e Cournot, atingindo finalmente a ilha já por altura da revolução marginalista (Malthus é sua expressão anglo-saxônica inicial mas derrotada), culmina na ciência moderna. A economia política inglesa, por sua vez, não é um "programa de pesquisa" alternativo mas sua principal e permanente objeção. Marx tomou-a, erroneamente, na primeira acepção, tendo então que refazê-la por inteiro, num dos exemplos de invenção teórica e violência interpretativa mais importante da história do pensamento.

Se aceitarmos, provisoriamente, que a economia política clássica pode ser representada por Ricardo (2), ela é sobretudo uma proposta de interpretação do capitalismo que tem no seu nú-

(2) Esta hipótese, geralmente aceita, inclusive por mim neste texto, pode (e deve), no entanto, ser colocada em dúvida.

cleo teórico a preocupação de afastar (impedir) a idéia de que a desigualdade social é o resultado da escassez.

De fato, a proposta clássica é a de analisar o enriquecimento através da idéia de reprodutibilidade das relações técnicas do capital, isto é, mostrar como a economia capitalista pode reproduzir suas condições, seus limites e suas diferenças, garantindo o enriquecimento burguês. É preciso então, crucialmente, que o princípio regulador do valor não seja dependente de uma idéia de escassez. A riqueza não deve ser explicada pela escassez relativa dos elementos que a constituem. Ao contrário, o enriquecimento é possível pela formação de um excesso relativo aos fatores constitutivos da riqueza. Será a idéia de dificuldade de produção da mercadoria que comandará a explicação da própria produção e da distribuição do valor. Esta idéia procurará associar a reprodutibilidade dos elementos materiais da riqueza social ao esforço capitalista para obtê-la. Com isto se mata dois coelhos, pois afirma-se que o enriquecimento é possível, mas tem como condições a existência e a persistência do capital.

Esta noção tinha como empecilho analítico o fato de que não há razão para pensar que haja homogeneidade a priori entre a produção e seus insumos, de modo que seja possível associar um número real à relação entre estas grandezas. A solução ricardiana de 1815 não era suficientemente geral, e Ricardo morreu sem saber como medir esta relação.

Sraffa aponta afinal que existe um caso em que isto é possível. Num sistema de relações técnicas definido pelas matrizes  $A$  e  $I$ , em que  $A$  representa as quantidades de bens utilizados para produzir os bens presentes em  $I$  e quando  $A$  é quadrada, não negativa e indecomponível e  $I$  é do mesmo formato que  $A$ , existe uma mercadoria, e somente uma, construída por combinação linear das outras, cuja dificuldade de produção é mensurável. Esta é a mercadoria homotética (ou padrão na linguagem de Sraffa). O vetor  $q$ , representando esta combinação linear, é definido pela equação:

$$A'q = \lambda q$$

onde  $\lambda$  é a dificuldade de produção. Ela é igual ao autovalor máximo de  $A'$  e  $q$  é o autovetor associado a  $\lambda$  e determinado para um escalar. O vetor  $q'A$  representa os meios de produção e  $q'I$  a quantidade produzida desta mercadoria. A dificuldade de produção é, então, igual:

$$\lambda = \frac{q'A}{q'I}$$

A tradição clássica, Sraffa incluído, considera que o número puro  $\frac{1-\lambda}{\lambda}$  expressa a taxa de enriquecimento capitalista ou taxa de lucro e postula sua uniformidade. A mercadoria homotética e este postulado estabelecem a comensurabilidade entre as mercadorias no sistema clássico de preço, definindo a sua unidade.

À base desta unidade, as mercadorias só se diferenciam pelas suas condições de produção (linhas de  $A$ ) que constituem o único modo de identificá-las como mercadorias particulares. O costume empirista, no entanto, é de chamá-las pelos seus nomes enquanto valor de uso: trigo, ferro, etc. À base deste costume, Ricardo vai-se permitir erguer a principal barreira a uma concepção marginalista do valor.

De fato, no âmbito da teoria da formação dos custos de produção, é a noção de renda da terra que cria manifestamente problemas. Jevons adverte: "it is quite impossible that we go on constantly increasing the yield of one farm without limit otherwise we might feed the whole country upon a single farm" (ver 3 pg. 218). É claro que basta que a relação funcional entre as quantidades de produto e de insumos seja homogênea do primeiro grau para que isto seja impossível sempre que um dos elementos da produção é fixo (não-reprodutível). Ora, existe sempre na produção técnica, e na agricultura em particular, pelo menos um elemento que o capital não pode reproduzir e que Ricardo chamou de "original and indestructible powers of the soil" (ver 6 pg. 67). Marshall analisou esta expressão para concluir, surpreendentemente, que ela se refere à superfície do solo e às quantidades anuais de sol, chuva e ar de que ela dispõe (ver 4 pg. 120 a 124).

Sendo irreprodutível, este elemento está na raiz de uma escassez no âmbito mesmo da teoria da formação do valor. E, o que é pior, tende a se generalizar, pois o princípio que explica a



renda terra (e, por capitalização, seu preço) no fundo se baseia no que parece ser um princípio universal das relações técnicas:

"a lei do rendimento decrescente, então, não é, verdade, mais que a proposição axiomática de um princípio universal que se aplica igualmente para todas as formas de indústria e para uma grande gama de fenômenos e experiências não industriais também" (ver 8 pg. 529).

Ricardo com seu apurado faro teórico percebe a dificuldade e o perigo. Solução: "to get rid of rent". Não é possível porém, simplesmente anular o problema. É preciso usar um algoritmo de eliminação; esta é a função precípua da teoria da renda da terra que só aparentemente é a explicação positiva de um rendimento social específico.

A manobra é complexa e se caracteriza por dois objetivos: Em primeiro lugar, mostrar que a renda da terra é um rendimento que não faz parte da formação do valor. Isto para dar conta da dificuldade

Em segundo lugar, mostrar que a renda intensiva é uma noção subordinada logicamente à de renda extensiva. Isto para dar conta do perigo.

Examinemos o ponto rapidamente\*. Se considerarmos a renda terra como componente do preço natural, à maneira de Adam Smith, é preciso determiná-lo de modo a que não dependa nem do arbítrio dos proprietários da terra nem da demanda por produtos agrícolas. Isto implica em adicionar uma incógnita ao sistema de preços naturais o que o torna indeterminado (ver 2 pg. 167). Além desta consequência de caráter formal, entretanto, se a renda entra na formação do preço do trigo, este deixa de ser representado como dificuldade de produção estritamente capitalista, ou seja a taxa de lucro não pode mais ser expressa apenas pelo custo capitalista de produzir mercadorias. No caso do "modelo em trigo" de 1815, por exemplo, se  $a_{11}$  é a quantidade de trigo necessária para produzir uma unidade de trigo e se  $a_{1t}$  é a quantidade de trigo destinada a pagar a renda da terra, então:

$$a_{11} p_1 (1 + r) + a_{1t} p_1 = p_1$$

(\*) Este procedimento foi por mim comentado mais longamente nou-  
tro lugar (ver 7).

e portanto,

$$r = \frac{1 - (a_{11} + a_{1t})}{a_{11}}$$

$a_{1t}$  não é um custo capitalista de produção e no entanto aparece na expressão da dificuldade de produção.

O único meio possível de resolver o problema é determinar o preço independentemente da renda, o que impõe que a equação do preço agrícola que entra no sistema fundamental (a linha que representa o "trigo" na matriz A indecomponível) tenha renda da terra nula. Isto acarreta a importação da teoria diferencial da renda de West e Malthus e a necessidade de recusar a noção de terra como espaço homogêneo onde a renda é uniforme. A idéia de terra homogênea fica então subordinada à concepção de terra agromonomicamente diferenciada.

Esta no entanto, é uma falsa solução, pois esbarra em várias impossibilidades. Em primeiro lugar, como já lembrei, de um ponto de vista absoluto, não é possível se conceber uma hierarquia dada de fertilidades; é Marshall aliás quem se encarrega de demolir este argumento. Em segundo lugar, a própria lógica dos preços de produção (naturais) faz com que, ainda que se conceba a terra como tecnicamente heterogênea, sua classificação dependa da determinação da taxa de lucro e dos preços; é portanto uma hierarquia determinada endogenamente. Finalmente, e isto é definitivo, pois torna a utilização da noção de, renda diferencial I contraditória com a noção ricardiana de mercadoria. Num sistema de preços naturais, cada mercadoria só se individualiza como uma técnica de produção. Neste caso, a existência de mais de uma técnica de produção para a produção de uma única mercadoria é uma impossibilidade lógica.

Esta impossibilidade vai nos conduzir a um retratamento da questão da renda da terra em que a única maneira de concebê-la no âmbito da noção de preço natural é aceitar que a renda intensiva (do tipo II) tem prioridade sobre a renda extensiva (esta é um caso particular) e que, portanto, como queria Marshall, o elemento não reprodutível que limita a produção capitalista é, de fato, a superfície da terra.

Destá admissão pode decorrer, a meu ver, o que Ricardo mais temia, a saber que a lógica do preço de produção tem que ser abandonada em favor de uma concepção da relação mercantil que a fundamenta na idéia de escassez relativa.

Se isto é verdade, então a teoria de renda da terra foi o lugar de um embate decisivo na história do pensamento econômico. Aqui se jogou e aqui se ganhou o destino da ciência econômica. Aqui se jogou e aqui se perdeu o destino da economia política.

A escola neoclássica é a única que tem fundamento positivo possível. A economia política só pode aspirar à negação: como Mefistófeles, ser aquela que sempre diz não; aquela que quer permanentemente o mal mas só obtém permanentemente o bem (neoclássico?).

#### 4. A MEDIDA DO VALOR

Uma das primeiras dificuldades que se põe para a análise clássica da riqueza capitalista está relacionada à questão de sua medida. Se subordinamos a noção de mercadoria à necessidade de que através dela possa se exprimir a produção de um excedente, isto não pode ser feito meramente utilizando a matriz física de sua produção a não ser ao preço de simplificações drásticas que afetam não apenas o "realismo" dos postulados de base mas também a própria lógica do objeto que se quer construir.

Este foi, no entanto, o primeiro método tentado pela Economia Política. A solução fisiocrática do problema da expressão quantitativa do excedente imaginava uma economia simplificada em que apenas um produto existia, de tal modo que a definição e medida do excedente tornava-se imediatamente possível.

A estrutura lógica do conceito de excedente é, como lembra Garegnani bastante simples; ela corresponde a uma diferença algébrica de quantidades discretas e positivas do tipo  $A-B=C$ , em que A está para alguma medida do produto, B para alguma medida do custo de produção e C para o excedente. É óbvio que num processo de produção em que se consome como insumo o mesmo produto

que se obtém, pode-se extrair esta diferença medindo-se então as quantidades em sua própria grandeza natural. Neste caso, o excedente fica determinado imediatamente em termos físicos, ou seja, sua determinação circunscreve-se à equação técnica de produção do único produto econômico considerado.

Decorre naturalmente deste procedimento de medida uma teoria física da origem do excedente que fica explicado por uma faculdade multiplicadora do próprio processo de produção: o dom natural. O materialismo radical desta proposição chega a espantar num discurso que no plano ideológico ainda tem que fazer tantas concessões à religiosidade. Este aparente paradoxo foi "resolvido" por Marx que interpreta o ponto de vista fisiocrata como de transição entre a ordem feudal e a sociedade burguesa plenamente desenvolvida. Desta sorte nele já estariam contidas proposições endereças ao burguês (na preocupação central com a formação e expressão do excedente) e proposições dirigidas ao senhor feudal (no elogio à terra como princípio de multiplicação econômica). Esta contradição no discurso espelharia a contradição real que se desenvolvia na prática e que teria sua solução violenta em 1789.

Sem entrar no mérito global desta interpretação, é preciso ter em mente que na explicação fisiocrática do excedente este se manifesta pela reprodução e ampliação sistemática de uma troca desigual entre o homem (capitalista) e a terra (princípio técnico da multiplicação da riqueza). O primeiro cede à segunda uma determinada quantidade do único produto existente e recebe de volta uma quantidade maior deste. O procedimento não é visualizado na forma de um enfrentamento da ação humana com forças caprichosas e fora do seu controle mas de uma exploração humana eficaz e racional de uma capacidade natural que existe por necessidade (ainda que por instituição divina). Este modo de explicação do excedente será aliás reproduzido, mais adiante, pelo próprio Marx, substituindo-se, na técnica de produção, a terra por uma classe específica de homens (os trabalhadores diretos) como princípio de multiplicação.

Esta solução inicial, porém, perdia de vista a possibilidade de tratar uma economia em que mais de um capitalista esti-

vesse presente, isto é, o capital era apresentado exclusivamente em sua dimensão agregada e deixava-se portanto de apreender uma de suas características fundamentais; sua posição na multiplicidade. Em particular, a troca deixava de ser um momento necessário na caracterização do produto que não podia assim ser tratado como mercadoria. O produto capitalista reduzia-se a sua existência como valor de uso.

A postulação de uma base produtiva constituída de uma só técnica de produção, resultava num princípio econômico indiferente ao modo civil descentralizado de regulação geral que presidia a sociedade burguesa. Isto permitia que ainda se atribuisse à esfera política estes dois problemas: como se forma o indivíduo social? Qual o mecanismo que dá coesão à sociedade? O elogio ao sistema despótico de governo associado ao mais radical liberalismo na esfera econômica é uma consequência da estruturação da base econômica fisiocrática. Da inexistência do indivíduo como particularidade, ou seja, da existência de um indivíduo total e único (a única técnica de produção) extrai-se a necessidade de um mecanismo totalitário de regulação social (o despotismo).

É com Adam Smith que vai-se generalizar a noção excedente e constituir-se, ao mesmo tempo, a noção clássica de valor. Esta última aparece como resultado desta generalização e, como tal, é logicamente subordinada à teoria do excedente mas imprescindível para sua determinação. A generalização da noção de excedente para várias técnicas de produção (ramos de produção) corresponde à particularização e, portanto, pulverização dos capitais presentes na formação deste excedente. A produção do excedente passa a depender de uma matriz integrada de técnicas de produção de tal forma que o produto macroeconômico passa a ser concebido como derivado de uma divisão técnica do trabalho social. Sua concepção e definição agregada passa a depender da relação mercantil entre os diversos produtos de técnicas singulares.

O mercado, lugar social das trocas, passa a ser a instância suprema da regulação econômica e social.

Este duplo movimento teórico é, sem dúvida, a mais complexa e importante manobra do raciocínio clássico. Ele abre, para o conhecimento das relações sociais, um campo privilegiado pois

que, pela primeira vez, o mecanismo social surge como objeto dotado de uma qualidade homogênea especificamente econômica; o valor. Este objeto é portanto quantificável e portanto passível de receber tratamento matemático. O indivíduo social pode ser definido como uma quantidade limitada (privada) de valor. A teoria clássica do valor é a primeira grande tentativa de descrever como *Mathesis* as relações que fundam o mecanismo de geração da riqueza material tomada como base da sociedade.

A integração deste duplo movimento não é feito com base em meros procedimentos positivos, isto é, desconhecendo o passado do raciocínio sobre a sociedade. Pelo menos dois outros movimentos de recusa, isto é, de críticas explícita e implícita lhes são contemporâneos. De um lado existe a recusa em interpretar o processo de geração do patrimônio capitalista do ponto de vista estritamente técnico e se procura remetê-lo para o âmbito das relações sociais que constituem a ordem burguesa. É uma definição econômica deste espaço de sociabilidade que marcará a enorme importância do discurso clássico. Por outro lado, com a generalização para todos os ramos de produção da noção de excedente, já não é mais possível recorrer a nenhum processo particular de per se para obter a determinação deste. É no domínio de suas relações (dos diversos produtos particulares) que se terá de recorrer para definir e medir o excedente. Como para a física quântica, a materialidade economista é puramente relacional. Smith define este domínio como o lugar das trocas entre os produtos. Um mercado a-monetário detém as condições de inteligibilidade da riqueza capitalista e, como tal, põe-se como seu fundamento real. Esta é a primeira e definitiva afirmação de que a economia em questão tem caráter mercantil. Isto permite, aliás, entre tantas outras coisas, pô-la em linhas de sucessão com fatos econômicos antigos e recorrentes. Desenha-se, com esta definição, o capitalismo como culminância de um processo perene da história humana; como a vitória de sua essência longamente esperada que só emergira até então no detalhe e na margem. A força das diversas formulações deste silogismo que faz da economia capitalista o destino natural da organização humana é por demais conhecido para que se insista nele agora.

Esta segunda recusa exprime, no entanto, a incapacidade de tomar a moeda como fator de homogeneização dos produtos das diversas técnicas privadas existentes. O sentido das duas recusas é, então, desigual quanto a sua rationale, função lógica e consequência sobre o discurso clássico. A primeira é, por assim dizer, uma recusa logicamente interna ao discurso clássico. Ela se funda na dificuldade óbvia de se definir o excedente como diferença, operando num espaço multi-dimensional. Já a recusa a aceitar a natureza monetária dos agregados que constituem o excedente é o marco de uma diferença discursiva específica que separa a teoria clássica e proto-clássica (fisiocrata) de sua pré-história mercantilista. Em termos lógicos isto significa que a distância que separa os Fisiocratas dos Mercantilistas é infinitamente (estruturalmente) maior do que a que separa os Fisiocratas de Adam Smith.

As razões desta segunda recusa são profundas e complexas, elas jamais são explícitas e se tivesse que resumí-las para um primeiro registro eu diria que ela é necessária se se quer construir uma imagem de sociedade em que desequilíbrios orgânicos e a violência como solução destes desequilíbrios estejam excluídos.

A moeda, então, passa a ser definida como mercadoria e enquanto tal perde sua especificidade fundamental de signo da presença no espaço econômico do poder instituidor e regulador da política. A moeda será produzida por uma técnica particular (privada) a semelhança dos demais produtos. Estes por seu turno, "aspiram" a propriedade monetária e passam a ser definidos como poder de compra. A moeda destronada distribue democraticamente suas propriedades reais entre súditos reunidos em assembleia soberana onde cada um vale quanto custa. É devido a este fato que o segredo da forma-dinheiro pode ser desvendado pela análise da expressão mais simples da mercadoria: sua troca direta por outra qualquer. Aqui numa curiosa inversão de ordenamento explicativo é a mercadoria que contém o segredo da moeda apesar de ser primeira na ordem postulada de aparições, isto é, a anatomia do macaco explica, neste caso, a anatomia do homem. Posta em relação de continuidade com a mercadoria, a moeda tem nesta sua chave explica-

tiva.

Esta construção que toma a mercadoria como postulado marca todo o discurso economista (Marx inclusive) e está na raiz, a meu ver, de suas principais dificuldades. Constitue seu "obstáculo epistemológico" geral.

## 5. O PANORAMA TEÓRICO DE UM PONTO DE VISTA ULTRA LEVE

Desde os anos 30 deste século que o estudo de teoria econômica ganhou uma duplicidade:

1. De um lado a análise dos mecanismos de formação dos preços na economia.

2. De outro a análise do agenciamento dos agregados da Contabilidade Social:

O 1º tipo de estudo apenas prosseguiu o enfrentamento de problemas ainda não resolvidos pela moral ortodoxa e tem seu sentido epistemológico ligado às necessidades de rigor lógico da aparelhagem de interpretação neoclássica.

O 2º tipo de estudo deriva de necessidades "novas" de cunho epistemológico claramente pragmático visando operacionalizar o conhecimento econômico, isto é, instrumentalizá-lo em função de necessidades de gestão da política econômica. O Estado que até então se limitava a gestão da moeda na economia viu crescer subitamente a necessidade de sua intervenção. De uma certa maneira esta "nova vertente" (Keynes) era uma anomalia do ponto de vista epistemológico. Quero dizer que o sentido "prático" do conhecimento ganhava aqui preeminência lógica sobre seu sentido "teórico"; sua face "aplicada" passou a dominar sua face "pura". Desta sua situação duvidosa deriva seu estatuto teórico de pseudo-crítica ou de crítica insuficiente.

Como toda ciência é antes de mais nada uma forma rigorosa de representação do mundo e apenas subsidiariamente um "modo de intervenção" (uma técnica) o raciocínio neoclássico não teve dificuldade na tarefa de absorver teoricamente a Revolução keyne-

slana, o que teve 3 momentos decisivos com Hicks, Patinkin e Hahn. Nesta sequência os resultados keynesianos foram duplicados dentro do mundo neoclássico com crescente rigor.

Paralelamente a isto, a análise neoclássica vinha tratando os seus próprios problemas internos de organização lógica numa sequência, hoje famosa, em que inicialmente se deu ênfase à parábola da função agregada de produção que constituiu o núcleo da teoria neoclássica de Clark até Samuelson. É também famoso o fato de que tiveram que abandonar esta via devido a Sraffa e sua objeção de natureza "clássica". O que ficou, daí em diante, foi a noção de equilíbrio geral com seu campo de validade cada vez mais restrito. De todo modo garantir a existência racional de um equilíbrio para todos os mercados e de um mecanismo para atingi-lo são ainda os problemas de fundo da análise ortodoxa.

Além do exercício da crítica do modelo ortodoxo, a insatisfação teórica com o estado de coisas neoclássico tentou produzir teorias alternativas. Aceitou-se, do ponto de vista epistemológico, a existência de um território exclusivo ao raciocínio econômico e a necessidade que daí decorre de dar uma visão positiva deste território, isto é, de estabelecer seu conceito.

A tentativa mais antiga e mais influente disto está associada a obra de Marx. Não quero me estender e vou apenas afirmar que a crise aqui me parece mais profunda que a da ortodoxia pois não se abate apenas sobre o modo de solução dos problemas teóricos existentes, mas sobre a própria capacidade de formulação de problemas teóricos efetivamente "alternativos". Este tipo de heresia me parece paralizado por ter sido impregnado desde a origem pela "problemática economista", neste caso o discurso clássico.

A heresia keynesiana por seu turno tem, a meu ver, também, problemas permanentes com seu relacionamento de berço com o discurso neoclássico. Sua concepção de como se formam as relações de troca na economia capitalista, de como se determinam as relações distributivas aí está totalmente contaminada pelo raciocínio neoclássico o que impede a formação de uma visão alternativa lo-

gicamente consistente.

Finalmente, me parece excessivo depositar esperanças numa ressurgência da visão clássica do capitalismo. Como postura positiva ela é incapaz de substituir ou de se apresentar como alternativa vantajosa ao discurso neoclássico ainda que crescentemente descarnado e irrelevante. Dificilmente ela será uma análise em profundidade sobre a natureza da desigualdade no capitalismo e sobre a origem da instabilidade na geração da riqueza.

A meu ver apesar do caráter "medieval" da proposta a fazer estamos, hoje, dependendo da "paciência nas trevas", isto é, de um exercício de recopilação crítica e sistemática do pensamento econômico com vistas a recodificá-lo e reinscrevê-lo num universo de conhecimento radicalmente diferente.

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1990

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
228. AZEREDO, Beatriz. <u>Da Previdência à Seguridade Social: Os Perigos da Transição.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão 228).	29
229. FERRAZ, João Carlos; CAMPOS, Nauro; YOUNG, Carlos Eduar do F. <u>Trajelórias de Crescimento e a Modernização da Indústria Brasileira: Um Cenário para a Década de 90.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão, 229).	67
230. VIANNA, Maria Lúcia Werneck; OLIVEIRA, Isabel A. Ribeiro de. <u>Considerações Preliminares Sobre a Questão do Parlamentarismo no Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão 230).	33
231. MAGALHÃES, Maria Alice E. de. <u>Notas Preliminares Sobre a Crise do Sistema de Proteção Social na Itália.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão, 231).	29
232. FIORI, José Luís. <u>Leitura Política de uma Industrialização Tardia.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão 232).	31
233. ARAÚJO JR. José Tavares de. <u>A Política Comercial Brasileira e a Integração Latinoamericana.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 233).	32
234. FIORI, José Luis. <u>Para repensar o papel do estado sem ser um neo-liberal.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990. (Discussão 234).	25
235. HAUENAUER, Lia. <u>Estrutura Industrial e Distribuição de Renda.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 235).	40
236. BURLAMAQUI, Leonardo. <u>Notas neo-schumpeteriana.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 236).	29
237. TORRES FILHO, Emami Teixeira. <u>O novo ciclo do investimento direto japonês e o Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 237).	19

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1990

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
238. BASTOS TIGRE, Paulo. <u>Indústria brasileira de equipamentos de automação industrial: implicações para competitividade internacional</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 238).	13
239. BURLAMAQUI, Leonardo. <u>De te fabula narratur? Capitalismo organizado no Japão</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 239).	32
240. FIORI, José Luis. <u>Cenários políticos brasileiros para a década de noventa</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 240).	38
241. TOLIPAN, Ricardo de Mendonça Lima. <u>Cinco Notas Sobre Teoria Econômica</u> . IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990 (Discussão, 241).	23